

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.715.798 - RS (2017/0098471-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**RECORRENTE** : BENEDITO PISONI  
**ADVOGADO** : ELENICE GIRONDI KOFF E OUTRO(S) - RS058490  
**RECORRENTE** : UNIMED NORDESTE RS SOCIEDADE COOP DE SERV  
MÉDICOS LTDA  
**ADVOGADOS** : MARCO TÚLIO DE ROSE E OUTRO(S) - RS009551  
DANIELA CAGNIN - RS049592  
CLÁUDIO MURADÁS STUMPF - RS036549  
MARIANA CAMPAGNOLO DOS SANTOS MACHADO -  
RS055676  
CÂNDIDA ANDRADE VOLPATO - RS082351  
THIAGO FERRARINI FABIAN E OUTRO(S) - RS086944  
**RECORRIDO** : OS MESMOS  
**INTERES.** : UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO  
ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS - "AMICUS  
CURIAE"  
**INTERES.** : UNIMED SEGUROS SAUDE S/A - "AMICUS CURIAE"  
**ADVOGADOS** : LEANDRO SICILIANO NERI - RJ128940  
LUIZ FELIPE CONDE - SP310799  
PAULA REGINA ATADEMO - RJ217279  
**INTERES.** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - "AMICUS CURIAE"  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
**INTERES.** : AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR -  
"AMICUS CURIAE"  
**INTERES.** : MINISTÉRIO DA SAÚDE - "AMICUS CURIAE"  
**INTERES.** : SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR - "AMICUS  
CURIAE"  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE  
CONTAS DA UNIÃO - "AMICUS CURIAE"

**DESPACHO**

Vistos etc.

O presente recurso foi afetado ao rito dos recursos especiais repetitivos para formar precedente qualificado a respeito das seguintes controvérsias:

***Tema 1016/STJ:***

- (a) Validade de cláusula contratual de plano de saúde coletivo que prevê reajuste por faixa etária; e*  
*(b) Ônus da prova da base atuarial do reajuste.*

Considerando as questões técnicas que a presente controvérsia suscita, bem como o número elevado de demandas sobrestadas em virtude da afetação deste repetitivo (1.512, segundo informação do Banco Nacional de Demandas Repetitivas), entendo necessária a realização de **audiência pública** para permitir uma análise mais profunda dos diversos fundamentos relevantes para a consolidação de uma tese jurídica sobre o tema da presente afetação.

Designo, portanto, audiência pública para o **dia 10 de fevereiro de 2020**, segunda-feira, a partir das **14h**, com base no art. 1.038 do CPC/2015 c/c art. 186 do RISTJ.

Os interessados poderão requerer participação na audiência pública até às **23h e 59min** do dia **13 de dezembro de 2019**, sexta-feira.

Os requerimentos de participação deverão ser encaminhados **EXCLUSIVAMENTE** para o endereço eletrônico **faixaetaria@stj.jus.br** até o prazo acima fixado, contendo as seguintes informações, sob pena de indeferimento:

- entendimento jurídico a ser defendido;
- justificativa do interesse em participar da audiência pública;
- *curriculum vitae* do expositor;
- material didático (se for o caso);
- recursos de multimídia pretenda utilizar (se for o caso); e
- memoriais (se for o caso).

O tempo de cada expositor será estipulado em conformidade com o número de interessados habilitados.

A ordem de distribuição dos painéis da audiência pública será definida posteriormente, por decisão deste relator, com base nos entendimentos propostos pelos interessados, de modo se garantir uma composição plural e equilibrada do quadro de expositores.

Esclareça-se, desde logo, que a habilitação para a audiência pública não se confunde com a intervenção no processo na qualidade de *amicus curiae*, de modo que o presente despacho em nada altera a fluência do prazo deflagrado por meio de despacho de fls. 1151/2.

*Superior Tribunal de Justiça*

Divulgue-se o conteúdo deste despacho na página eletrônica desta Corte Superior.

Comunique-se o teor deste despacho ao Ministro Presidente desta Corte, aos demais ministros integrantes da Segunda Seção, bem como ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Cumpra-se, com urgência.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**

